

# **EDUCAÇÃO BIBLIOTECÁRIA, PESQUISA EM EDUCAÇÃO BIBLIOTECÁRIA E NOVAS DCN (DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS) DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL**

## ***LIBRARY EDUCATION, RESEARCH IN LIBRARY EDUCATION AND THE NEW NATIONAL CURRICULAR GUIDELINES FOR THE LIBRARY SCIENCE COURSE IN BRAZIL***

**Francisco das Chagas de Souza<sup>1</sup>**

### 1. INTRODUÇÃO

A sobrevivência e valoração social de uma área acadêmica pode ser colocada como um objetivo primordial de qualquer categoria profissional que afirme sua ação na sociedade como uma ação de base intelectual.

As diferentes categorias profissionais que têm a sua atuação dependente da formação de seus quadros no ambiente universitário se afirmam, em grande parte, pela exibição preliminar de suas habilidades e competências por uma titulação diplomada.

Como esse ingresso na universidade, na condição de campo acadêmico, foi conquista histórica dessas categorias, há de modo manifesto ou não, uma disposição, com maior ou menor acento, da permanência desses espaços como espaços profissionais privilegiados. Desse modo, membros da categoria são transformados em professores, em pesquisadores, em extensionistas e se esmeram em produzir conhecimento, debater, difundir, testar e, por fim, encontrar as fórmulas que explicam o porquê da necessidade social do trabalho que realizam.

Em síntese, como qualquer outro segmento especializado profissional, a educação e suas diferentes variáveis, também passa a constituir um objeto importante do fazer investigativo dos profissionais que, como docentes, compõem os quadros de pessoal dos diferentes Cursos de Biblioteconomia existentes no país.

De outro lado, isso se torna inescapável, quando, como agora, é necessário que se associe o fazer docente, o fazer investigativo e a estrutura e funcionamento dos cursos, não mais orientados por Currículos Mínimos, mas sim guiados por Diretrizes Curriculares, onde mais que a orientação de conteúdo passa a existir a orientação da formação, o que envolve todos os componentes materiais e imateriais que um curso pode ofertar a seus alunos.

Este texto pretende, então, refletir sobre a educação bibliotecária brasileira, contextualizando-a num ambiente de sociedade mundial em rápida transformação, tentando extrair daí a correlação de sua sustentabilidade com o investimento na formação, no país, de uma frente de pesquisa, necessidade que se coloca muito mais

---

<sup>1</sup> Doutor em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina - Departamento de Ciência da Informação

concretamente a partir da existência, por força de Resolução do Conselho Nacional de Educação, a partir do ano 2001, das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do Curso de Biblioteconomia.

## 2. EDUCAÇÃO BIBLIOTECÁRIA

A Educação Bibliotecária no Brasil vem sobrevivendo a significativas transformações da sociedade, a partir dos últimos anos da década de 30 do século XX, quando o primeiro Curso de formação profissional, planejado e executado no estilo chamado americano, hoje continuado pela Escola de Sociologia e Política, de São Paulo, foi criado e implantado na Prefeitura Municipal de São Paulo, por Rubens Borba de Moraes.

A estrutura global do projeto de educação bibliotecária que se desenvolveu no país nestas seis últimas décadas, e que pode ser chamada de currículo – no sentido que se encontra em autores como Goodson (1999) e Young (2000), isto é, de uma convergência de múltiplos fatores para além da grade disciplinar – se orienta por um tronco comum de conhecimento que não sofreu mudança essencial tanto na sanção do primeiro currículo mínimo nacional, em 1962, quanto no teor e forma predominantes no currículo mínimo nacional seguinte, de 1982.

É nos anos 80 que se inicia o processo de implantação deste segundo projeto de currículo mínimo que, a rigor, produz efeitos no início dos anos 90, tempo em que as primeiras turmas de bibliotecários por ele formadas começam a ser recebidas pelo mercado profissional. Assim, simbolicamente, os anos oitenta se desenrolam com um certo ar de morte e renascimento de um aparato formal de educação bibliotecária no nível de bacharelado acadêmico em confronto com uma educação bibliotecária em nível de Pós-Graduação *stricto sensu*.

O que se apresenta como o confronto mencionado no parágrafo precedente é que a Pós-Graduação *stricto sensu* se desvia progressivamente dos conteúdos mais fundamentais da Biblioteconomia e constitui-se como o ambiente de dinamização da pesquisa científica e da geração de conhecimento, para além da sistematização da prática, o que revela a coerência com o campo em desenvolvimento mundial denominado Ciência da Informação. Sua ocupação predominante de produção de saber sobre o movimento da informação, vem como encontro e esforço de participação em um trabalho que avança sistemática e progressivamente a partir dos conteúdos do campo da Documentação, conforme concebida por Otlet (1937).

É relevante considerar que embora tratassem de objetos comuns, a Biblioteconomia e a Ciência da Informação, como usuárias de um espaço e de uma dinâmica de atuação acadêmicos, tratavam tais objetos com linguagens diferentes, tanto no saber expresso que sistematizavam e propagavam, quanto na transposição didática que realizavam para consolidar os estilos pedagógicos empregados. De outro lado, havia uma disputa ainda do modo de ser da graduação e do jeito de atuar da Pós-Graduação (PG), pois nesta os Cursos – ou programas acadêmicos — estavam mais abertos e acessíveis a candidatos advindos de todas as áreas profissionais e universitárias, criando brechas para fazer aflorar permanentemente a questão da aplicação das salvaguardas prescritas na legislação bibliotecária, por um lado, e, por outro, permitindo o entendimento de que esta PG deixava de ser exclusiva para bibliotecários.

De outra parte, a segunda metade dos anos 90 traz uma novidade com a qual a Educação Bibliotecária passa a ter que lidar no campo da estrutura e funcionamento da educação universitária brasileira. Trata-se, em primeiro lugar, da sanção de uma nova Lei de

Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (BRASIL, 1996), e em segundo, e dela derivado, de um esforço de modernização do ensino que, no âmbito universitário, se designa por Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação. A partir disso, a maioria dos Cursos de Biblioteconomia passa a realizar o esforço de implantação de novos currículos. Some-se a isso, um trabalho articulado das Associações de Escolas ou de Ensino de Biblioteconomia da América Latina, no sentido de criar um conjunto de diretrizes que, no âmbito da região, pretende orientar o desenvolvimento de um ensino de Biblioteconomia com conteúdos aproximadamente semelhantes, conforme vê-se nos textos apresentados no livro organizado por Valentim (2000).

### 3. A BIBLIOTECONOMIA COMO CAMPO PROFISSIONAL E DE PESQUISA

Os anos 90, não apenas no Brasil, não fazem desaparecer um jeito de ser da essência, da prática e do conhecimento biblioteconômico secular. Por mais que a sociedade avance na perspectiva de assimilação da eletrônica e da informática, a Biblioteconomia se constitui por um conjunto de protocolos (daí o sufixo “nomos” que integra sua denominação) que requer a realização da transposição para a nova linguagem num compasso de tempo mais lento, talvez, que o praticado em outros campos. Dá-se isso pelo fato de que, descrição documentária, análise temática, relação com usuários, controle do fluxo e recuperação de informação são elementos básicos presentes em seu quadro de referência de realidade histórica, especialmente porque a Biblioteconomia não lida apenas com meros fluxos informacionais mas com todo um vasto conglomerado de fundos que representam a memória do saber socialmente produzido ao longo de milhares de anos. E sua responsabilidade é mais ampla que a mera localização de uma informação, pois necessita, para fazer isso, constituir a informação que se conecta com a informação final a ser localizada para um leitor. É essa base que constitui seu fundo teórico, o qual mesmo se modificando pela modernização das NTICs, como vem fazendo historicamente, com as diversas NTICs de diversas épocas (o livro impresso, por exemplo, há quatro séculos) se altera tendo em vista um horizonte cognitivo mais vasto. Por outro lado, esse fundo teórico deve coerência às bases epistemológicas clássicas da área, conforme entende Bates, explicáveis pelas leis de Ranganathan (CAMPOS), naquilo que expressam de metahistórico e metassocial.

O que se constata então, é que os anos 90, vistos sob esta ótica, podem servir para consolidar claramente a relação entre Biblioteconomia e Universidade. A universidade passaria a ser não simplesmente um espaço de valoração social do campo biblioteconômico, mas um espaço que o permitiria, pela associação, com a produção de conhecimento científico, via Ciência da Informação, ver melhor sua epistemologia, explicar de outra maneira a sua relação com a sociedade e aplicar melhor o seu fundo teórico. Isto dá um novo impacto sobre aqueles Bibliotecários que viam a inserção do ensino de Biblioteconomia na universidade, sobretudo, como uma ação política de interesse profissional, especialmente porque o campo continua a se expandir em nível mundial (STENBEERG; HÖGLUND, 1998; CALENGE 1995), na Espanha (ABADAL; MIRALPEIX, 1999) e no Brasil com a criação e implantação de novos cursos de graduação na última década nos estados de Alagoas, Rio Grande do Norte e Mato Grosso.

Esse fenômeno transformador, que requalifica a relação biblioteconomia e universidade, é explicável pela idéia de que a sociedade se constrói socialmente, como mostram Berger e Luckmann (1985) e por meio de ações comunicativas, como teoriza Habermas. Além disso, serve para confirmar que as profissões se estabelecem e se mantêm ao

transformar relações e ações em instrumentalização e fundamento para seu progressivo crescimento em quantidade de membros e em qualidade de trabalho, ambas as condições necessárias para se tornar visível e receber a confiança da sociedade que será tornada seu campo de atuação e sobrevivência (FREIDSON, 1998). A instrumentalização de que se fala é então mais manifestamente sintetizada pela instituição onde se realiza o ensino, a pesquisa e a extensão ou serviços que, necessariamente, no caso das profissões estruturadas, como a biblioteconomia, é a universidade.

Essa síntese institucional reproduz ou expressa uma representação canônica de modos de ser e de agir sobre um dado mundo das práticas profissionais bibliotecárias, que inclui pensar e agir ensinando e pesquisando ou inversamente pesquisando e ensinando. Ela pode ser considerada como fio condutor de uma fórmula básica tanto para a formação do corpo profissional bibliotecário, por um lado, quanto, por outro, para representar o conjunto de fundamentos formais e simbólicos necessários à construção da identidade entre os profissionais já atuantes no mercado de trabalho, entre os profissionais recém ingressados nesse mercado e para a transmissão da permanência de um discurso definido como profissão para a sociedade. Por isso mesmo, a educação bibliotecária que é sua tarefa nobre, deverá ser útil para formar a identidade de um papel a ser exercido por dado grupo de pessoas diante de uma sociedade, pela objetivação de suas ações (BERGER; LUCKMANN, 1985). Esta institucionalização, através da criação e implantação de escolas / cursos, se realiza pela conjugação dos meios materiais necessários e insubstituíveis, retirados da massa de bens concretos já em processo de produção pelos que exercem as práticas passíveis de ser teorizadas, inicialmente, a partir dessas mesmas práticas. Meios materiais, nesse momento, são: saber prático e saber codificado (teoria) dele derivado; saber didático-pedagógico capaz de transpor o conhecimento da prática profissional e o conhecimento codificado para o ambiente de escolarização; saber relativo ao planejamento e à organização do ensino para a preparação de grades curriculares, programas e planos de ensino; saber relativo ao manejo de sala de aula em ambiente de ensino teórico e de ensino prático; saber relativo à gestão da aula e à gestão da turma (GAUTHIER et al, 1998); saber de administração do ensino e da instituição de ensino; saber referente às várias modalidades de avaliação; disponibilidade de literatura; pesquisa da prática profissional; pesquisa do campo profissional técnico; pesquisa da prática escolar; pesquisa teórica e prática da educação técnica e científica da área; organização de eventos técnico-científicos e de ações de extensão e prática social, etc. Esses meios materiais acima arrolados e muitos mais que constituem o importante elenco das práticas profissionais técnicas e de educação estarão presentes nas escolas / cursos em menor ou maior volume a depender do ambiente social, econômico e cultural em que está situada esta instituição de ensino, pesquisa e serviços. De outra parte, a eles se associam outros meios, materiais ou não, como prédios e equipamentos, corpo docente, corpo discente, planos de organização, distribuição e utilização dos prédios e equipamentos (como laboratórios, por exemplo), relações político-acadêmicas e político-profissionais, organização e distribuição de tarefas nas equipes de docentes e docentes-discentes etc.

#### 4. PESQUISA EM EDUCAÇÃO BIBLIOTECÁRIA NO BRASIL

No Brasil, o estudo da Educação Bibliotecária ainda tem caráter mais histórico que sociológico ou educacional embora haja produção recente oriunda de pesquisas acadêmicas que reforçam as duas vertentes, tendo como fontes dissertações e teses,

transformadas em livros ou não, como as de Souza (1991), Castro (2000), Lima (1999) e Hillesheim (2001).

Na tese de doutorado em educação apresentada por Souza (1994), há o estudo do desenvolvimento e das implicações do desenrolar histórico do ensino de graduação em Biblioteconomia no Brasil. Sua hipótese foi de que os fatores modernizantes da sociedade brasileira, nos anos vinte, a começar pelo Movimento Modernista de São Paulo, fortemente amparado pelo círculo empresarial industrial então existente no Estado, criaram condições para uma reestruturação da prática bibliotecária então exercida e a busca do modelo de educação bibliotecária norte-americano então identificado com os valores que a sociedade paulistana implantava também em vários setores (SEVCENKO, 1992; ANTONACCI, 1993). No aprofundamento de sua análise, Souza localiza nos anos cinquenta outro momento de inflexão na educação bibliotecária com a criação do IBBB; nos anos 60 com a consolidação de um modelo curricular através do primeiro currículo mínimo do ensino de graduação em Biblioteconomia; nos anos 70 com a criação e implantação dos primeiros programas de Pós-Graduação *strictu sensu* em Biblioteconomia e Ciência da Informação; nos anos 80 com o esforço de desvinculamento do bibliotecário formado nos moldes então adotados no ensino de graduação, a partir da criação de redes de Núcleos de ICT nas Federações de Indústria, no SEBRAE, e nos Institutos Especializados de vários segmentos industriais do campo de trabalho mais diretamente relacionado com a ICT. Em certo sentido, esse impacto no ambiente de trabalho profissional nos anos 80 poderia ser tomado como uma declaração da incapacidade da Educação Bibliotecária, em nível de bacharelado, de preparar bibliotecários para atuar em ICT. Assim, a escola / curso de bacharelado em biblioteconomia poderia ser apontada como alienada do contexto social, econômico e histórico ou de estar utilizando meios materiais inadequados ao seu trabalho. Em sua tese, Souza (1991) avalia que isso era agravado por algumas outras variáveis externas à educação bibliotecária, como a legislação bibliotecária, por exemplo, que contribuía nas relações político-profissionais com uma dificuldade concreta nas operações realizadas no âmbito do ensino, pesquisa e extensão.

Castro (1999), defende tese em Educação na qual aborda a história da biblioteconomia brasileira. Em dois capítulos do livro, que dela resulta, os capítulos 2 (O movimento fundador das dimensões educativas da Biblioteconomia do Brasil) e 5 (Caminhos e descaminhos do ensino de biblioteconomia: anos 50 e 60), o autor resgata a trajetória do ensino de biblioteconomia no Brasil.

No capítulo 2, Castro começa se reportando ao curso iniciado em 1915 na Biblioteca Nacional, do Rio de Janeiro, seu desenvolvimento, os percalços sofridos, sua paralisação entre 1923 e 1930 e segue resgatando a trajetória do curso de biblioteconomia criado por Rubens Borba de Moraes na Prefeitura de São Paulo, em 1936. Trata, sob a perspectiva histórico-cultural, de vários fatores que antecederam e que sucederam ao curso e de sua posterior incorporação à Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo; passa pelo desenvolvimento do ensino de biblioteconomia no país nos anos 40 e 50 e pelos papéis desempenhados pelos cursos da Biblioteca Nacional e da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. Aborda também os traços que distinguiam a educação bibliotecária em São Paulo (norte-americana, tecnicista) e no Rio de Janeiro (européia, humanista), bem como o processo de expansão do ensino de biblioteconomia pelo Brasil.

No capítulo 5, Castro inicia referindo-se ao alerta proclamado por Lasso de la Vega sobre a crise da Biblioteconomia nos últimos anos da década de 50 e primeiros da década de 60, resultante do predomínio da técnica. A discussão apresentada se constrói em torno das necessidades mais imediatas no contexto brasileiro: estabelecimento de

um currículo mínimo, atualização profissional, reconhecimento social e ensino não centrado somente na técnica e em nível universitário. Refere que a dificuldade no estabelecimento de uma unidade curricular decorria da diversidade do saber biblioteconômico, que impedia, em termos, a implantação do currículo mínimo. Mas, salienta, uma vez definido um currículo mínimo este passou a ser objeto de constantes aperfeiçoamentos pela discussão em vários eventos e pela realização de pesquisa. Nesses foruns discutia-se tudo, incluindo-se o exame sobre novas disciplinas ou abordagens do conhecimento biblioteconômico e duração do curso e suas implicações. Por fim, o texto apresenta a trajetória do IBBD e sua orientação para a pós-graduação com abordagem predominante da Documentação. Nas considerações finais construídas pelo autor, englobando o período histórico analisado, até os anos 60, encontra-se as afirmações síntese: a implantação do ensino de biblioteconomia no Brasil não se deu por necessidade social; a implantação do ensino de biblioteconomia no Brasil não tinha feição própria e sólida, assumindo para a área aquelas características que podiam lhe dar ares de ciência moderna.

Lima (1998), apresentou dissertação em Ciência da Informação na qual aborda a construção do ensino de biblioteconomia no Brasil, particularizando e aprofundando a compreensão da criação, implantação, desenvolvimento e situação atual do Curso de Biblioteconomia da Universidade do Amazonas. Um dado curioso resgatado pelo autor é que a criação do curso, em sua proposta original, aprovada no Conselho Universitário da instituição, previa que o curso funcionaria por apenas cinco anos (1967-1971) tempo suficiente para graduar três turmas. Não estava contemplada na proposta uma perspectiva mais ampla que a de resolver problemas pontuais, notadamente a de assegurar quadros especializados para a própria Universidade do Amazonas a fim de que não houvesse risco na obtenção de reconhecimento de seus cursos junto ao MEC. Essa definição de um curso superior que existiria por prazo certo, após o que fecharia simplesmente, ensejou, no início de seu funcionamento, um caráter predominantemente técnico para o currículo ali estruturado. Outros aspectos são examinados pelo autor que parte do enfoque teórico-metodológico do construcionismo social em que a transformação é tomada como uma constante nos projetos de educação superior. Por esta perspectiva, é fundamental compreender como os diferentes fatores que compõem um dado contexto sócio-histórico influenciam o funcionamento e o desenvolvimento das múltiplas relações que percorrem o cotidiano e a história, neste caso, do Curso de Biblioteconomia da Universidade do Amazonas. De suas considerações finais, pode destacar sinteticamente que as práticas pedagógicas do Curso estavam dissociadas das orientações do currículo oficial (de 1984) e das realidades sócio-culturais do Amazonas o que promovia a formação desequilibrada em relação aos aspectos técnicos e sócio-culturais, gerando: 1 – distorções na formação dos alunos, e 2 – insatisfação e quebra de expectativas nos alunos e egressos.

Hillesheim (2001), em dissertação de educação, apresentada em 2001, estuda as práticas pedagógicas existentes no Curso de Biblioteconomia da UFSC, vendo em particular como se dá a interação entre professores e alunos em situação de sala de aula nas disciplinas profissionalizantes de sua grade. Os dados colhidos através de entrevista, tanto de professores quanto de alunos, foram analisados com uma modalidade de análise do discurso denominada de Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) (LÉFREVE et al, 2000). Este recurso metodológico levou em conta que a preocupação da autora era investigar a representação que os sujeitos tinham do ambiente de sala de aula a partir do que percebiam e compreendiam em termos do fazer pedagógico, da relação em sala do professor / aluno, das metodologias e técnicas de ensino-aprendizagem empregadas e da comunicação didática. As conclusões a que chegou parte de um dado de realidade: os

docentes das disciplinas profissionais do curso são formados como bacharéis e não como licenciados o que limita o pleno domínio do campo que constitui a totalidade dos saberes pedagógicos. Esse fenômeno é parcialmente superado pelos professores que cursaram em algum momento de sua formação a disciplina Metodologia do Ensino Superior que, certamente, não dá conta de toda a dimensão da ação desenrolada em sala de aula. Outro aspecto constatado é que cada professor tenta cumprir o projeto pedagógico do curso, mas isto se torna uma ação individual, sem a prática da discussão entre pares e, assim, sem um fazer coletivo orgânico. Disso, derivam outras conclusões que constituem percepções às vezes dissonantes na relação professor / aluno no que toca ao distanciamento do conteúdo trabalhado e realidade atual; transmissão de conhecimento que não corresponde ao contexto imediato; transposição didática inadequada do conhecimento produzido pela comunidade científico-profissional da Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Pelo que se vê, os avanços temáticos e metodológicos na pesquisa vêm se dando, ainda que lentamente. Esta breve revisão mostra que se está avançando da compreensão do contexto mais amplo, sócio-histórico-cultural, e sem perdê-lo de vista, para o ambiente mais particular das relações imediatas do cotidiano de professores e alunos, do espaço da sala de aula, dos aspectos de infra-estrutura para a formação bibliotecária no Brasil. De outro lado, é importante ressaltar que aí não estão todos os resultados que vêm sendo produzidos no país nesta área. Contudo, dá para dizer, se olharmos sistemicamente para a Biblioteconomia brasileira, que dentro dela hoje está instalada uma frente de pesquisa que busca dar conta da compreensão do fenômeno educacional. Se for considerado que nas escolas / cursos de graduação em biblioteconomia existentes no país há a presença de aproximadamente 7.000 estudantes, não se pode deixar de tratar do tema, sob os mais variados ângulos. Uma frente de pesquisa desta natureza há de aliar a reflexão que envolve educação e ciência da informação como campos cuja aproximação é necessária ao próprio desenvolvimento do campo profissional no Brasil.

Entretanto, se torna cada vez mais necessária uma ação consistente e rápida, um investimento acadêmico e financeiro mais eficaz, para que a reflexão acadêmica e a compreensão epistemológica do tema Educação Bibliotecária não sejam comprometidas pela urgência em remodelar currículos reduzindo-os à dimensão de grades disciplinares homogêneas (currículos mínimos) ou a um multifacetamento (diretrizes curriculares) que não dê conta de corresponder às exigências da diversidade social e cultural brasileiras.

Desse ponto de vista, parece que hoje há uma necessidade mais urgente e mais forte da compreensão de como flui a formação do bibliotecário no país. Seja no momento inicial, no ambiente de sala de aula das escolas ou cursos de biblioteconomia brasileiros, seja no âmbito da educação contínua, como educação por e para toda a vida. Num primeiro momento, é desejável saber como é a sala de aula; como é a escola / curso de biblioteconomia; como é o seu contexto, etc. entre outras razões, em função da própria reconfiguração dos processos de produção e organização de conteúdos a serem inseridos na Internet na medida em que parte importante desta atividade, para que possa representar uma contribuição brasileira efetiva e a presença brasileira neste espaço infopolítico, depende de bibliotecários adequadamente formados. O Programa Sociedade da Informação, do MCT, em que pese sua origem e vínculo com os interesses financeiros internacionais, em seu esforço de remodelar a educação em geral no Brasil, resgata a necessidade de uma inserção mais expressiva da informação e uma aceleração dos processos de formação de recursos humanos em condições de oferecer atuação competitiva neste âmbito. E coloca dentro do conjunto de profissões fortemente afetadas

por este momento histórico as Profissões de Ciências da Informação, dentro das quais se insere a Biblioteconomia (SOCIEDADE, 2000).

## 5. AS NOVAS DCN DO ENSINO DE BIBLIOTECONOMIA

O endereço <http://www.mec.gov.br/sesu/diretriz.shtm>, dentro do sítio www do MEC, dispõe de todo o conjunto de informações que trata da implantação e evolução das Diretrizes curriculares nacionais dos Cursos de Graduação universitária no Brasil. Estas diretrizes decorrem de disposição no inciso II, do artigo 53, da Lei 9394/96 do seguinte comando: “Art. 53 – No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras as seguintes atribuições: II – fixar os currículos dos seus cursos e programas, **observadas as diretrizes gerais pertinentes**” (grifo nosso)

Na condução de todo o processo o MEC, a partir de 1997, desencadeou uma consulta envolvendo a criação de Comissões de Especialistas por áreas de conhecimento, que atuaram como mediadores entre os seus pares e legitimaram a intervenção do MEC neste âmbito. A contribuição dessas Comissões produziu uma concepção de DCN em que os tópicos diretores do desenho dos currículos envolve definições para: 1. Perfil dos formandos que a instituição pretende formar; 2. Competências e habilidades que os alunos deverão adquirir durante a formação; 3. Conteúdos curriculares – gerais e específicos – que se deve ofertar durante a formação; 4. Estágios e atividades complementares que deverão ser oportunizadas durante a formação; 5. Estrutura que deverá ser definida para o curso por seu colegiado; e 6. Critérios que os cursos deverão criar e adotar para a sua própria avaliação institucional.

Na área da Ciência da Informação foram constituídas, sucessivamente, duas Comissões que construíram e submeteram à consulta das IES as diretrizes para os Cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. Durante o processo de discussão e refinamento que se deu sem maiores questionamentos públicos dos traços ideológicos e políticos das propostas, foram produzidas as definições curriculares para a Biblioteconomia, abaixo descritas, incorporadas ao parecer nº 492/2001, de 03/04/01, da Câmara de Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação, com retificação, sem alteração de sua redação, pelo parecer 1363/2001, de 12/12/01, do mesmo órgão, publicada pelo DOU nº 20, de 29/01/02, seção I, página 60.

**a - Quanto ao Perfil dos Formandos as DCN do Curso de Biblioteconomia afirmam que**

A formação do bibliotecário supõe o desenvolvimento de determinadas competências e habilidades e o domínio dos conteúdos da Biblioteconomia [...] e que os egressos [...] deverão ser capazes de atuar junto a instituições e serviços que demandem intervenções de natureza e alcance variados: bibliotecas, centros de documentação ou informação, centros culturais, serviços ou redes de informação, órgãos de gestão do patrimônio cultural etc.

**b - Quanto às Competências e Habilidades as DCN do Curso de Biblioteconomia afirmam que**

Dentre as competências e habilidades dos graduados em Biblioteconomia enumeram-se as típicas desse nível de formação. **Competências e Habilidades Gerais:** · gerar produtos a partir dos conhecimentos adquiridos e divulgá-los; · formular e executar políticas institucionais; · elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e

projetos; · utilizar racionalmente os recursos disponíveis; · desenvolver e utilizar novas tecnologias; · traduzir as necessidades de indivíduos, grupos e comunidades nas respectivas áreas de atuação; · desenvolver atividades profissionais autônomas, de modo a orientar, dirigir, assessorar, prestar consultoria, realizar perícias e emitir laudos técnicos e pareceres; · responder a demandas sociais de informação produzidas pelas transformações tecnológicas que caracterizam o mundo contemporâneo.

**Competências e Habilidades Específicas:** · Interagir e agregar valor nos processos de geração, transferência e uso da informação, em todo e qualquer ambiente; · Criticar, investigar, propor, planejar, executar e avaliar recursos e produtos de informação; · Trabalhar com fontes de informação de qualquer natureza; · Processar a informação registrada em diferentes tipos de suporte, mediante a aplicação de conhecimentos teóricos e práticos de coleta, processamento, armazenamento e difusão da informação; · realizar pesquisas relativas a produtos, processamento, transferência e uso da informação.

**c - Quanto aos Conteúdos Curriculares as DCN do Curso de Biblioteconomia afirmam que**

Os conteúdos [...] distribuem-se em *conteúdos de formação geral*, destinadas a oferecer referências cardeais externas aos campos de conhecimento próprios da Biblioteconomia e em *conteúdos de formação específica*, que são nucleares em relação a cada uma das identidades profissionais em pauta. Que [...] os conteúdos de formação geral envolvem elementos teóricos e práticos e têm por objetivo o melhor aproveitamento dos conteúdos específicos de cada curso. Que os conteúdos específicos ou profissionalizantes, [...] têm caráter terminal. Constituem o núcleo básico no qual se inscreve a formação de bibliotecários.

Uma observação de extrema relevância contida neste tópico é de que

Recomenda-se que os projetos acadêmicos acentuem a adoção de uma perspectiva humanística na formulação dos conteúdos, conferindo-lhes um sentido social e cultural que ultrapasse os aspectos utilitários mais imediatos sugeridos por determinados itens.

**d - Quanto aos Estágios e Atividades Complementares as DCN do Curso de Biblioteconomia afirmam que**

[...] os estágios serão desenvolvidos no interior dos programas dos cursos, com intensidade variável segundo a natureza das atividades acadêmicas, sob a responsabilidade imediata de cada docente. Que além disso, o colegiado do curso poderá estabelecer o desenvolvimento de atividades complementares de monitoria, pesquisa, participação em seminários e congressos, visitas programadas e outras atividades acadêmicas e culturais, igualmente orientadas por docentes (de preferência em regime de tutoria) a serem computadas como carga horária.

**e - Quanto à Estrutura do Curso as DCN do Curso de Biblioteconomia afirmam que** “A estrutura geral do curso de Biblioteconomia deverá ser definida pelo respectivo colegiado, que indicará a modalidades de seriação, de sistema de créditos ou modular.”

**f - Quanto à Avaliação Institucional as DCN do Curso de Biblioteconomia afirmam que** “Os cursos deverão criar seus próprios critérios para a avaliação periódica, [...] incluindo aspectos técnico-científicos, didático-pedagógicos e atitudinais.”

Um aspecto a destacar nessas **DCN do Curso de Biblioteconomia** situa-se precisamente no último tópico, isto é, da Avaliação Institucional. Esta Diretriz não poderá ser cumprida devidamente, se for tratada como um mero instrumento burocrático. Desde a concepção dos critérios, seus instrumentos, sua interpretação e adaptações permanentes está subentendida a existência em cada Curso de graduação em Biblioteconomia instalado no país de uma equipe de pesquisa em Educação Bibliotecária, que possa dar conta tanto da produção de conhecimento sistematizado sobre a gestão educacional, quanto da transposição didática, dos efeitos da ministração dos conteúdos, dos procedimentos de avaliação, etc. Está dada então a necessidade de sistematização pelo fórum das escolas / cursos de graduação em Biblioteconomia de um programa permanente de pesquisa em Educação Bibliotecária que possa fomentar a construção, difusão e troca entre pares da reflexão sobre esta tarefa que é tornar academicamente mais forte a ação da Escola de Biblioteconomia no país e, de outro lado, fortalecer as bases para a interlocução internacional neste domínio das Ciências Humanas e Sociais, que é o constituído pela Educação Superior.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação bibliotecária brasileira, a partir de 2001, está em novo patamar. Foi superada, formalmente, a organização do Currículo de Biblioteconomia, centrado em grades disciplinares. O que se tem, de agora em diante, são orientações globais, a partir das DCN dos Cursos de Biblioteconomia, que envolvem vários componentes que se articulam em projetos educacionais voltados para a formação de Bibliotecários em condições de atender ao desenvolvimento de um país que vê sua economia provocada a se integrar em âmbito mundial numa situação em que a competição está a depender quase que inteiramente da maior capacidade de processar mais eficazmente um volume mais denso e complexo de informações.

Nesse sentido, o currículo de cada escola deixa de ser responsabilidade de um terceiro elemento como um Conselho Nacional de Educação ou Ministério de Educação e passa a ser da alçada de cada instituição e, mais particularmente, da responsabilidade social e política da categoria profissional bibliotecária. Na medida em que os executores e, portanto, os avaliadores da Educação Bibliotecária serão profissionais que advieram do interior da categoria é para esta que fluirão as cobranças da sociedade.

## REFERÊNCIAS

ABADAL, E.; MIRALPEIX, C. La enseñanza de la Biblioteconomia y la Documentación en la universidad española a finales de los noventa. *BID – textos universitaris de biblioteconomia i documentació*, n. 2, març 1999 Disponível em: <<http://www.ub.es/biblio/bid/bid2.htm>>

ANTONACCI, M. A. M. *A vitória da razão (?)*; o IDORT e a sociedade paulista. São Paulo: Marco Zero; Brasília: CNPq, 1993.

BATES, M. J. Information curriculum for the 21st century. Disponível em:: <[http://www.ala.org/congress/bates\\_print.html](http://www.ala.org/congress/bates_print.html)> Acesso em 05.09.00

BERGER, P. I.; LUCKMANN, Th. *A construção social da realidade*; tratado de sociologia do conhecimento. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20.12.96. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. In: UFSC. *Regulamento dos cursos de pós-graduação*. Florianópolis, 1998. p. 63-94.

CALENGE, B. A quoi former les bibliothécaires, et comment? *BBF*, Paris, v. 40, n. 6, p. 39-48, 1995.

CAMPOS, M. L. As cinco leis da biblioteconomia e o exercício profissional. *BITI – Biblioteconomia, informação e Tecnologia da Informação*. Disponível em: <<http://www.conexaorio.com/bitit/>> Acesso em 10.06.01

CASTELLS, M. *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 3 v.

CASTRO, C. A. *História da biblioteconomia brasileira: perspectiva histórica*. Brasília: Thesaurus, 2000.

FREIDSON, E. *Renascimento do profissionalismo; teoria, profecia e política*. São Paulo: Ed. USP, 1998.

GAUTHIER, C. e outros. *Por uma teoria da pedagogia; pesquisas contemporâneas sobre o saber docente*. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 1998.

GOODSON, I. V. *Currículo: teoria e história*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

HABERMAS, J. *Teoria de la acción comunicativa*. Madrid: Tauros, 1999. 2 v.

HILLESHEIM, A. I.A. *A prática pedagógica no Curso de Biblioteconomia da UFSC: discurso dos docentes do CIN e dos alunos do curso*. Florianópolis, 2001. 253 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

LEFEVRE, F.; LEFREVE, A. M. C.; TEIXEIRA, J. J. V. *O discurso do sujeito coletivo: uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa*. Caxias do Sul: EDUCS, 2000.

LIMA, R. M. de. *A construção social da biblioteconomia brasileira: a dimensão político-pedagógica do fazer bibliotecário*. Manaus: Ed. Universidade do Amazonas, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. *Diretrizes curriculares para os cursos de graduação*. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/Sesu/diretriz.shtm>> Acesso em 10.06.01

OTLET, P. Documentos e documentação; Introdução ao trabalhos do Congresso Mundial da Documentação Universal, realizado em Paris, em 1937. Disponível em: <<http://www.conexaorio.com/bitit/otlet/index.htm>> Acesso em 10.06.01

PRADO, J. L. A. *Brecha na comunicação: Habermas, o Outro, Lacan*. São Paulo: Hacker Ed. : CESPUC, 1996.

SEVCENKO, N. *Orfeu extático na metrópole; São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SOCIEDADE da informação no Brasil; livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

SOUZA, Francisco das Chagas de. A construção escolar do bibliotecário brasileiro: ontem, hoje e amanhã. *Ciência da Informação*, v. 20, n. 2, p. 181-190, jul./dez. 1991.

\_\_\_\_\_. Ensino de biblioteconomia no Brasil: o modelo norte-americano. *Informação & Sociedade: Estudos*, v. 3, n. 1, p. 21-26, 1993.

\_\_\_\_\_. *Modernização e biblioteconomia nova no Brasil*. Piracicaba: UNIMEP, 1994. Tese (Doutorado em Educação).

\_\_\_\_\_. O sistema profissional bibliotecário brasileiro: sua capacidade de responder às mudanças do ambiente político e econômico no início do século XXI; uma abordagem sob a perspectiva da ação comunicativa. *Encontros Bibli: revista de biblioteconomia e ciência da informação da UFSC, Florianópolis*, n. 10, out. 2000. Disponível em: <<http://www.ced.ufsc.br/bibliote/encontro/bibli10/francisco.htm>>

STENBERG, Catharina; HÖGLUND, Lars. Bibliothéconomie et sciences de l'information en Suède. *BBF*, Paris, n 2, 1998, p. 55-60.

VALENTIM, M. P. (org.). *Profissionais da informação; formação, perfil e atuação profissional*. São Paulo: Polis, 2000.

YOUNG, M. F. D. *O currículo do futuro; da “nova sociologia da educação” a uma teoria crítica do aprendizado*. Campinas, SP: Papirus, 2000.